



## Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem Clipping 2016



18 de abril

### Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do TRT7 propõe parceria com Governo do Ceará

A gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho

Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho do Ceará reuniu-se, no dia 7 de abril, com a primeira-dama do Estado do Ceará, Onélia Maria

Leite de Santana. O encontro teve como objetivo firmar parceria para combater o trabalho irregular de crianças e adolescentes no Estado e divulgar ações da Semana Nacional da Aprendizagem.

De acordo com uma das gestoras regionais do Programa, desembargadora Regina Gláucia Cavalcante, é fundamental o trabalho de cooperação entre as instituições

para fortalecer a luta contra a exploração da mão de obra infantil. “Já temos parcerias com diversas

instituições e é muito bom saber que o Governo do Estado também está preocupado com a questão do trabalho infantil”, afirmou a magistrada.

A primeira-dama é a idealizadora do Programa Mais Infância Ceará, que trabalha com crianças carentes desde os primeiros anos de vida. “Cuidar das crianças desde cedo é uma estratégia capaz de interromper o ciclo de pobreza, prevenir problemas de saúde e promover o desempenho escolar”, ressaltou Onélia. A

iniciativa, que abrange os 184 municípios cearenses, está em funcionamento desde agosto de 2015.

Na ocasião, a comitiva do Tribunal Regional do Trabalho

do Ceará convidou a primeira-dama para participar das atividades da Semana Nacional da Aprendizagem, que acontece de 2 a 6 de maio. Estão previstas exposições, visitas de escolas profissionalizantes ao TRT/CE, palestras e uma audiência pública sobre aprendizagem profissional na Assembleia Legislativa do Ceará.

O encerramento da Semana está programado para o dia 6 de maio, às 10h, na sala de sessões do Tribunal Pleno do TRT/CE. Na solenidade, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho Kátia Arruda fará pronunciamento

dirigido ao empresariado cearense conclamando-o a cumprir a cota de contratação de jovens aprendizes.

Participaram da reunião com a primeira-dama, além da desembargadora Regina Gláucia Cavalcante, a juíza do trabalho e também gestora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem,

Kelly Porto, e os servidores do TRT/CE Osvaldo Severiano, Flávia Regina Moraes e Odenes Uchôa.

## 250 estudantes assistem a palestra sobre Lei do Aprendiz na abertura da Semana de Aprendizagem

Cerca de 250 alunos de escolas profissionalizantes e de ensino regular de Fortaleza participaram da abertura

da Semana Nacional de Aprendizagem, na manhã desta segunda-feira (2/5), no auditório do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará. Os estudantes assistiram

a uma palestra sobre a Lei do Aprendiz, conheceram programas de inserção de jovens no mercado de trabalho e receberam brindes do Programa de Combate

ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem.

O desembargador Tarcísio Lima Verde Júnior, presidente

do TRT/CE, abriu os trabalhos, ressaltando

a importância dos programas de estímulo à aprendizagem.

“Há alguns anos, a Justiça trabalhista tem se preocupado não apenas em julgar processos, mas também em colaborar na inserção de jovens no mercado

de trabalho, por meio de programas específicos da Lei da Aprendizagem e de estágios”, afirmou o magistrado.

A analista regional do programa Aprendiz Legal Alinne

Nunes, do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, apresentou aos estudantes a Lei da Aprendizagem

e os benefícios que ela pode trazer ao jovem trabalhador. A palestrante também falou sobre os objetivos e vantagens do programa que a instituição desenvolve. O CIEE atende cerca de 250 mil jovens no Brasil, empregados na condição de aprendiz em quase 22 mil empresas.

“A importância do programa Aprendiz Legal é que nos preocupamos em formar não apenas profissionais tecnicamente capacitados, mas também cidadãos que tenham estímulo à autonomia e ao protagonismo juvenil”,

afirmou Alinne. Segundo a analista, o principal diferencial do programa é desenvolver as competências

comportamentais do participante, como o espírito de equipe, a liderança, a comunicação, a proatividade e o respeito à diversidade. “Essas características do

profissional são importantes pois as empresas, embora

contratem pelas competências técnicas, elas demitem seus funcionários pelas falhas nas competências comportamentais e emocionais”, considera.

Exposições - Estão expostas, na Biblioteca do TRT/CE, a Vitrine da Aprendizagem e a Exposição de Cordeis,

iniciativas que fazem parte da Semana Nacional de Aprendizagem. A mostra de literatura integra o Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho

da Criança e do Adolescente (Peteca), projeto patrocinado pelo Ministério Público do Trabalho do Ceará e pelas Secretarias Estadual e Municipal de Educação, em parceria com outros órgãos e entidades da rede de proteção à criança.

Os trabalhos expostos na Biblioteca do TRT/CE são peças de cordel criadas por 20 crianças, que contam suas experiências no meio rural. Da mostra de pintura,

estão participando peças de crianças e adolescentes semifinalistas do Prêmio Peteca 2015.

Já no pátio interno da sede do TRT/CE está acontecendo

a exposição de fotografias de autoria do auditor fiscal do trabalho Sérgio Carvalho, que há décadas convive com o problema da exploração de crianças e de adolescentes, nos diversos setores do mercado de trabalho. As fotos são resultados de suas viagens pelo país e mostram jovens que são compelidos a entrar mais cedo na vida adulta. As exposições prosseguem até a próxima sexta-feira (6/5).

Semana da Aprendizagem - De 2 a 6 de maio, acontece

a Semana Nacional da Aprendizagem. No Ceará, a gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho

Infantil e de Estímulo à Aprendizagem tem uma programação que inclui palestras, audiência pública e exposições. A iniciativa tem o objetivo de divulgar a Lei da Aprendizagem e de estimular empresas a cumprirem

a cota de contratação de jovens aprendizes.

Fotos - veja mais fotos do evento na nossa galeria virtual.

## Estagiários têm programação especial na Semana da Aprendizagem

Dentro da programação da Semana Nacional da Aprendizagem, foi reservado um momento especial para os estagiários da Justiça do Trabalho lotados no prédio-sede, anexos, varas do trabalho de Fortaleza e da Região Metropolitana. Nesta quarta-feira (4/5), às 9h, os estudantes estão convidados para participar de uma manhã com palestras, lanche e distribuição de brindes. O local do evento é o auditório do 4º andar do Anexo 2 e haverá emissão de certificado por participação.

Apresentação do Coral Sétima Voz abrirá o evento. A primeira palestra do dia será sobre “Aprendizagem”, ministrada por José Crisóstomo Bazílio Neto, auditor fiscal e coordenador do Projeto Inserção de Aprendiz

e Portadores de Deficiências no Mercado de Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Ceará (SRTE-CE).

Após intervalo para lanche, Renata Resende, do Centro

de Integração Empresa Escola (CIEE), ministrará

palestra com o tema “A Lei da Aprendizagem e Inserção no Mercado de Trabalho”.

Estagiários

Após a adequação da força de trabalho de estagiários, exigida pelos cortes orçamentários impostos à Justiça do Trabalho, o TRT/CE passou a contar com 273 estagiários,

sendo 167 de nível superior e 106 de nível médio.

Semana da Aprendizagem

De 2 a 6 de maio, acontece a Semana Nacional da Aprendizagem. No Ceará, a gestão regional do Programa

de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo

à Aprendizagem tem uma programação que inclui palestras, audiência pública e exposições. A iniciativa tem o objetivo de divulgar a Lei da Aprendizagem e de estimular empresas a cumprirem a cota de contratação

de jovens aprendizes.



3 de maio

## Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Ceará debate Lei da Aprendizagem

O Tribunal Regional Trabalho do Ceará (TRT/CE) realiza, nesta terça-feira, 3, a partir das 14h, uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Ceará para debater a Lei da Aprendizagem. O objetivo é chamar a atenção dos empresários e da sociedade em geral para os benefícios do programa de aprendizagem profissional. A iniciativa faz parte da Semana Nacional da Aprendizagem promovida pela Justiça do Trabalho em todo o Brasil em parceria como o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

“É preciso que os empresários tomem conhecimento da importância da Lei e cumpram a cota de contratação de jovens aprendizes prevista nela”, afirma uma das gestoras regionais do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, desembargadora Regina Gláucia Cavalcante. Para a magistrada, a aprendizagem é uma maneira eficaz de combate ao trabalho infantil, além de possibilitar que os jovens estudem e tenham uma qualificação profissional com garantias trabalhistas.

São mais de 114 mil adolescentes entre 14 e 17 anos de idade em situação de trabalho no Ceará, segundo última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/2014), do IBGE. Desse total, cerca de 94%

não têm vínculo formal de emprego. Boa parte exerce atividades ilegais ou perigosas, principalmente no comércio, no setor de serviços, na indústria e na agricultura. Em todo o País, são cerca de 3,3 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho, aponta a pesquisa.

Além de empresários, também participarão da audiência pública integrantes da rede de proteção à infância, entidades de formação – tais como o Senai, Senac, Sest e o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) –, organizações governamentais e sociedade civil.

Cota A Lei da Aprendizagem (10.097/2000) determina que as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e a 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes, cujas funções demandem formação profissional. Apesar da obrigatoriedade para empresas maiores, toda organização pode ter aprendizes, desde que o faça com rigorosa observação à Lei.

De acordo com a legislação, a contratação tem um prazo determinado de no máximo dois anos. Para participar, os adolescentes e jovens, entre 14 e 24 anos incompletos, precisam ter concluído ou estar cursando o ensino fundamental ou médio.



## **Audiência pública discute garantia da Lei de Aprendizagem no Ceará**

*Cerca de 94% dos adolescentes entre 14 e 17 anos que trabalham, no Estado, não têm vínculo formal de emprego*

O Ministério Público do Trabalho no Ceará vai promover, no dia 03 de maio, na Assembleia Legislativa do Estado, uma audiência pública sobre aprendizagem profissional com participação de integrantes da rede de proteção à infância, entidades de formação – tais como o Senai, Senac, SEST e o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) –, organizações governamentais e sociedade civil. A iniciativa faz parte da Semana Nacional de Aprendizagem, em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará. Especialistas vão debater com os empresários convocados questões sobre a importância dos programas de aprendizagem. “A expectativa é que as empresas assumam o compromisso público de respeitar o que determina a lei, dando oportunidade para a profissionalização de jovens e adolescentes e combatendo, de outro lado, o trabalho precário e a exploração de adolescentes”, antecipa o procurador do Trabalho Antonio de Oliveira Lima. Os interessados em participar da audiência, é preciso preencher o formulário de inscrição disponível no link: <http://goo.gl/forms/n7PI8IMNpp>. No Brasil, o trabalho é proibido até os 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14. A mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/2014), do IBGE, identificou mais de 114 mil adolescentes entre 14 e 17 anos de idade em situação de trabalho, no Ceará. Desse total, cerca de 94% não têm vínculo formal de emprego. Boa parte exerce atividades ilegais ou perigosas, principalmente no comércio e serviços, na indústria e na agricultura.

Em todo país, são cerca de 3,3 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho.

O objetivo da audiência pública é também sensibilizar empresários e sociedade em geral para a importância da aprendizagem como mecanismo de inclusão social e preparação para o mercado de trabalho, intensificando

as ações voltadas ao cumprimento da cota legal de aprendizagem. Só em 2014, o MPT autuou 684 investigações em razão do descumprimento da Lei da Aprendizagem, em todo Brasil. Desse modo, os jovens passam a ter carteira assinada, todas as garantias trabalhistas, segurança e jornada de trabalho diferenciada, sem deixar de estudar.

Saiba mais

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência Social

(MTPS), cerca de 403 mil adolescentes foram inseridos

por meio da aprendizagem, em 2015, em todo país. Mais da metade dos que concluem o contrato permanecem na empresa. A Lei da Aprendizagem determina

que empresas de médio e grande porte contratem quantidade aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% de seus profissionais. A obrigatoriedade vale para empresas maiores, mas toda organização pode ter aprendizes, desde que respeite

os critérios estabelecidos por lei. A contratação tem um prazo determinado de, no máximo, dois anos. Para participar, os adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos precisam frequentar a escola, salvo se já tiverem concluído o ensino médio.

**SERVIÇO**

Audiência Pública Sobre Aprendizagem Profissional

Data: 03 de maio | Horário: 14h

Local: Auditório da Universidade do Parlamento Cearense

(6º andar – anexo II da Ass. Legislativa)

Rua Barbosa de Freitas, 2674 – Dionísio Torres

## **Incentivo à contratação de jovens será tema de audiências públicas em todo o país**

Os eventos fazem parte da Semana Nacional da Aprendizagem, realizada de 2 a 6 de maio. Com o objetivo de conscientizar empresas na importância da contratação de jovens conforme a Lei 10.097/2000, o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) promovem de 2 a 6 de maio a Semana Nacional da Aprendizagem. Ao longo da semana, o Ministério Público do Trabalho irá promover audiências públicas, em diversos Estados, em parceria com os Tribunais Regionais do Trabalho e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, com a participação de integrantes da rede de proteção da criança e do adolescente, entidades sindicais, organizações governamentais e sociedade civil. O Ministério do Trabalho e Previdência Social indicou ao MPT as maiores empresas descumpridoras da lei para participação nos eventos e os procuradores

convocarão os empregadores. Já a Justiça Trabalhista orientará os empresários sobre o dever legal e social de oferecer a aprendizagem, como forma de prevenir futuras ações judiciais e garantir emprego digno.

Confira a programação nos estados:  
**CEARÁ**

No dia 2 de maio, início da semana, será realizada uma visita de escolas profissionalizantes ao Tribunal Regional da 7ª Região (CE) para palestra com a analista regional do Programa Aprendiz do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, Alinne Nunes, sobre o tema A Lei da Aprendizagem e Inserção no mercado de Trabalho. Lançamento da Vitrine da Aprendizagem na biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.3. Exposição sobre os programas de aprendizes do TRT (fotografias) e exposição do material cedido pela SRTE e MPT (Projeto Peteca - pinturas feitas por crianças e adolescentes, exposição de cordéis, esquetes e vídeos a serem divulgados na internet, durante toda a semana). A contratação de aprendizes por empresas de médio e grande porte da região metropolitana de Fortaleza também será o tema de uma audiência pública no dia 3 de maio, no auditório da Universidade do Parlamento Cearense - UNIPACE.

## **Empresários cearenses recebem pedido de ministra do TST para contratação de jovens aprendizes**

*Atualmente, através do programa Aprendiz Legal, cerca de três mil jovens trabalham como aprendizes em aproximadamente 1.060 empresas, em Fortaleza*



Em 2015, segundo pesquisa realizada pela própria instituição, 74% dos adolescentes conseguem emprego após o término do contrato de aprendiz

Nesta sexta-feira (6), Kátia Magalhães Arruda, ministra do **Tribunal Superior do Trabalho (TST)**, estará na Capital para pedir aos empresários locais o cumprimento da Lei de Aprendizagem. O encontro marca o **encerramento da Semana Nacional de Aprendizagem** e acontecerá às 10h, no Tribunal Regional do Trabalho do Ceará.

O órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da Lei de Aprendizagem é a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE). De acordo com José Crisóstomo Bazílio Neto, coordenador do

Projeto Inserção de Aprendizes e Portadores de Deficiências no Mercado de Trabalho, a meta da SRTE é fiscalizar aproximadamente de **2.700 empresas** no Estado, em 2016. A magistrada fará seu pronunciamento defendendo a observância da legislação, a qual exige que empresas de médio e grande porte contratem de **5% a 15%** de seu contingente de empregados como aprendizes.

Uma das entidades que se destacam pela promoção do aprendizado do jovem em sua fase inicial de profissionalização é o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE. Atualmente, através do programa Aprendiz Legal, cerca de três mil jovens trabalham como aprendizes em aproximadamente **1.060 empresas**, em Fortaleza. No Brasil, a instituição já **beneficiou cerca de 250 mil jovens** com o programa. Em 2015, segundo pesquisa realizada pela própria instituição, 74% dos adolescentes conseguiram emprego após o término do contrato de aprendiz, sendo **36% deles na mesma empresa**.

### **Semana de Aprendizagem**

A Semana Nacional de Aprendizagem é uma promoção do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) em parceria com o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Previdência Social. No Ceará, a gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem tem uma programação que inclui palestras, audiência pública e exposições. A iniciativa tem o objetivo de divulgar a Lei da Aprendizagem e de estimular empresas a cumprirem a cota de contratação de jovens aprendizes.

### **Serviço**

Encerramento da Semana de Aprendizagem com a ministra do TST Kátia Arruda

Data: 6 de maio de 2016 (sexta-feira)

## **Audiência pública discute garantia da Lei de Aprendizagem no Ceará**

*Cerca de 94% dos adolescentes entre 14 e 17 anos que trabalham, no Estado, não têm vínculo formal de emprego*

O Ministério Público do Trabalho no Ceará vai promover, no dia 03 de maio, na Assembleia Legislativa do Estado, uma audiência pública sobre aprendizagem

profissional com participação de integrantes da rede de proteção à infância, entidades de formação – tais como o Senai, Senac, SEST e o Centro de Integração

Empresa Escola (CIEE) –, organizações governamentais

e sociedade civil. A iniciativa faz parte da Semana Nacional de Aprendizagem, em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho e a Superintendência

Regional do Trabalho e Emprego no Ceará.

Especialistas vão debater com os empresários convocados

questões sobre a importância dos programas de aprendizagem. “A expectativa é que as empresas assumam o compromisso público de respeitar o que determina a lei, dando oportunidade para a profissionalização

de jovens e adolescentes e combatendo, de outro lado, o trabalho precário e a exploração de adolescentes”,

antecipa o procurador do Trabalho Antonio de Oliveira Lima. Os interessados em participar da audiência, é preciso preencher o formulário de inscrição

disponível aqui.

No Brasil, o trabalho é proibido até os 16 anos de idade,

salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14. A mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

(PNAD/2014), do IBGE, identificou mais de 114 mil adolescentes entre 14 e 17 anos de idade em situação de trabalho, no Ceará. Desse total, cerca de 94% não têm vínculo formal de emprego. Boa parte exerce atividades ilegais ou perigosas, principalmente no comércio e serviços, na indústria e na agricultura.

Em todo país, são cerca de 3,3 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho.

O objetivo da audiência pública é também sensibilizar empresários e sociedade em geral para a importância da aprendizagem como mecanismo de inclusão social e preparação para o mercado de trabalho, intensificando

as ações voltadas ao cumprimento da cota legal de aprendizagem. Só em 2014, o MPT autuou 684 investigações em razão do descumprimento da Lei da Aprendizagem, em todo Brasil. Desse modo, os jovens passam a ter carteira assinada, todas as garantias

trabalhistas, segurança e jornada de trabalho diferenciada, sem deixar de estudar.

Saiba mais

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência Social

(MTPS), cerca de 403 mil adolescentes foram inseridos

por meio da aprendizagem, em 2015, em todo país. Mais da metade dos que concluem o contrato permanecem na empresa. A Lei da Aprendizagem determina

que empresas de médio e grande porte contratem quantidade aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% de seus profissionais.

A obrigatoriedade vale para empresas maiores, mas toda organização pode ter aprendizes, desde que respeite

os critérios estabelecidos por lei. A contratação tem um prazo determinado de, no máximo, dois anos. Para participar, os adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos precisam frequentar a escola, salvo se já tiverem concluído o ensino médio.

**SERVIÇO**

Audiência Pública Sobre Aprendizagem Profissional

Data: 03 de maio | Horário: 14h

Local: Auditório da Universidade do Parlamento Cearense

(6º andar – anexo II da Ass. Legislativa)

Rua Barbosa de Freitas, 2674 – Dionísio Torres



9 de maio

## Semana Nacional de Aprendizagem no TRT7 esclarece sobre a Lei do Aprendiz

O Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo

à Aprendizagem da Justiça do Trabalho promoveu o último dia da Semana Nacional da Aprendizagem nesta sexta-feira (06/05). O presidente da OAB Ceará, Marcelo Mota, participou do evento, que ocorreu no auditório do Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Também esteve presente a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Kátia Abreu. A solenidade foi conduzida pelo presidente

do TRT7, desembargador Tarcísio Lima Verde.

A iniciativa tem o objetivo de divulgar a Lei da Aprendizagem e de estimular empresas a cumprirem a cota de contratação de jovens aprendizes. Durante os cinco dias da campanha (começou dia 2 de maio), os tribunais regionais do trabalho em todo o Brasil realizaram várias atividades para chamar a atenção da sociedade para o tema. No Ceará, a gestão regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo

à Aprendizagem promoveu palestras, audiência pública e exposições.

“A OAB se faz presente nesse contexto social. A lei de aprendizagem tem reflexo social extremamente importante porque oportuniza a adolescentes a estudarem

e trabalharem ao mesmo tempo. Entendemos que quando é dada essa oportunidade ao jovem, de trabalhar e estudar, ele se afasta da ociosidade, de caminhos

perigosos, daí a importância desse contexto social. A OAB não só se faz presente, como incentiva esse programa e estamos sempre atentos aos grandes temas dos grandes temas da advocacia e da sociedade”,

destacou o presidente Marcelo Mota.

O presidente também agradeceu a participação de empresários, à ministra Kátia Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho, uma das mentoras e idealizadoras

do projeto, e agradecer ao Tribunal Regional do Trabalho e a todas instituições envolvidas.

“Considero que a educação é a base de tudo. O objetivo

da Justiça do Trabalho, em parceria com outras instituições, é educar os jovens, alertar as empresas para que eles possam trabalhar, mas em regime de

aprendizagem, de modo que não se afastem da escola e aprendem uma profissão para o futuro”, disse o desembargador Tarcísio Lima Verde, presidente do TRT7.

Na visão do magistrado, alguns jovens estão trabalhando

e largando a escola. “Uma coisa não exclui a outra. Podemos conciliar o aprendizado com as atividades

escolares. É isso que a Justiça do Trabalho quer para que no futuro tenhamos mão de obra qualificada”,

ressaltou.

### ESTUDANTES

Cerca de 250 alunos de escolas profissionalizantes e de ensino regular de Fortaleza participaram da abertura

da Semana Nacional de Aprendizagem, na manhã desta segunda-feira (2/5), no auditório do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará. Os estudantes assistiram

a uma palestra sobre a Lei do Aprendiz, conheceram programas de inserção de jovens no mercado de trabalho e receberam brindes do Programa de Combate

ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem.

### EXPOSIÇÕES

Durante o evento, ficaram expostas na Biblioteca do TRT/CE a Vitrine da Aprendizagem e a Exposição de Cordéis, iniciativas que fizeram parte da Semana Nacional

de Aprendizagem. A mostra de literatura integra o Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Peteca), projeto

patrocinado pelo Ministério Público do Trabalho do Ceará e pelas Secretarias Estadual e Municipal de Educação, em parceria com outros órgãos e entidades da rede de proteção à criança. Os trabalhos expostos na Biblioteca do TRT/CE são peças de cordel criadas por 20 crianças, que contam suas experiências no meio rural. Da mostra de pintura, estão participando peças de crianças e adolescentes semifinalistas do Prêmio Peteca 2015.





## **Lei da Aprendizagem é tema do Questão de Ordem desta terça-feira**

O procurador-chefe substituto do Ministério Público do Trabalho no Ceará, Antônio Oliveira Lima, é o convidado desta terça-feira (03/05) do programa Questão de Ordem, da TV Assembleia (canal 30). Ele falará sobre a audiência pública realizada hoje, na Assembleia

Legislativa, para debater a Lei da Aprendizagem.

A iniciativa faz parte da Semana Nacional da Aprendizagem,

promovida pela Justiça do Trabalho em

todo o Brasil, em parceria como o Ministério Público

do Trabalho (MPT) e o Ministério do Trabalho e

Previdência Social (MTPS). O objetivo do debate é

chamar a atenção dos empresários e da sociedade em

geral para os benefícios do programa de aprendiza-

gem profissional.

Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/2014) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem mais de 114 mil adolescentes, entre 14 e 17 anos de idade, em situação

de trabalho no Ceará. Desse total, cerca de 94% não têm vínculo formal de emprego e boa parte exerce atividades ilegais ou perigosas. A pesquisa também aponta que, em todo o País, cerca de 3,3 milhões de crianças e adolescentes encontram-se em situação de trabalho.

Produzido por Helenir Medeiros e apresentado pelo jornalista Renato Abreu, o Questão de Ordem vai ao ar de segunda a sexta-feira, às 19h30. A reprise acontece

às 7h20 do dia seguinte.



13 de junho

## No CE, mais de 144 mil adolescentes e crianças trabalham irregularmente

No Ceará, 144 mil crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 17 anos trabalham ilegalmente. Proporcionalmente,

os municípios de Caririaçu e Cruz são os que mais empregam mão de obra infantil, com 1.370 e 1.135 crianças e adolescentes em situação de trabalho, respectivamente.

Os números são divulgados pelo Tribunal Regional do Trabalho do Ceará (TRT-CE), nesta sexta-feira (10), para lembrar a data 12 de junho quando se comemora

o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

“É um momento para reflexão sobre os avanços e desafios

no combate às piores formas de trabalho infantil em nosso Estado”, disse uma das gestoras regionais do Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, desembargadora

Regina Gláucia Cavalcante. Para ela, a conscientização

da sociedade sobre o problema é o primeiro passo para erradicar o trabalho irregular de crianças e adolescentes.

A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), divulgada no final de 2015, também mostra pela primeira vez, desde 2006, um aumento na quantidade de crianças entre 5 e 17 anos que trabalham

no Brasil. Eram 3,1 milhões nessa condição em 2013 e no ano seguinte, 3,3 milhões, o que representa um aumento de 7,85%. De um ano para o outro, 143 mil menores passaram a trabalhar no País.

Segundo a Pnad, das crianças nessa faixa, 62% atuam no campo e 45,6% são sequer remuneradas. Os meninos

representam dois terços desse total. Na faixa dos 5 a 13 anos de idade, em que não pode, por lei, haver trabalho, foi registrada a maior expansão: 15,5% para a faixa etária dos 5 aos 9 anos e 8,5%, dos 10 aos 13 anos. O aumento do trabalho entre adolescentes de 14 e 15 anos de idade aumentou 5,6%.

Proibição - De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o Estatuto da Criança e do Adolescente

(ECA), até os 13 anos de idade é proibida qualquer forma de trabalho. Entre 14 e 15 anos, é permitido somente na condição de aprendiz. De 16 a 17 anos, o trabalho é permitido, desde que não seja em condições

perigosas ou insalubres e em horário noturno.

O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil foi instituído

pela Organização Internacional do Trabalho em 2002, quando foi apresentado o primeiro relatório global sobre o trabalho infantil na Conferência Anual do Trabalho. No Brasil, o 12 de junho foi instituído como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil

pela Lei nº 11.542 de 2007.

## Exposição itinerante Um Mundo Sem Trabalho Infantil participa de eventos em Fortaleza

A exposição “Um Mundo Sem Trabalho Infantil” está presente no Seminário Estadual das Ações Estratégicas

do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que começa nesta terça-feira (29/11) e vai até o dia 30. Organizado pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, o evento acontece no auditório da Igreja dos Mórmons, no bairro de Fátima, Fortaleza

Com debates e apresentações que visam alertar a sociedade

para a problemática do trabalho irregular de crianças e adolescentes no Ceará, o seminário conta com a participação da desembargadora Regina Gláucia

Cavalcante Nepomuceno, que é umas gestoras regionais

do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem.

De acordo com a magistrada, é de suma importância que o tema seja discutido exaustivamente, uma vez que as leis existentes para proteger as crianças e adolescentes nem sempre são cumpridas ou mesmo compreendidas pela sociedade. “A exposição é mais uma iniciativa da Justiça do Trabalho para que o tema seja abordado e a sociedade brasileira seja chamada a repensar o problema”, esclarece.

A Justiça do Trabalho do Ceará inaugurou, no dia 10 de outubro, a exposição itinerante Um Mundo Sem Trabalho Infantil. A mostra foi aberta pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, desembargadora

Maria José Girão, no Fórum Autran Nunes, onde permaneceu por quinze dias. Na sequência, a exposição foi à sede do TRT/CE.

Na academia

A mostra também esteve, nos dias 22 e 23 de novembro,

na universidade Unichristus, por ocasião do 10º Seminário do Escritório de Direitos Humanos. Com o tema “Os desafios dos Direitos Humanos no Brasil em tempos de crise”, o objetivo do encontro era promover discussões sobre a conjuntura dos direitos humanos no Brasil e no mundo, bem como fomentar o desenvolvimento acadêmico e intelectual dos estudantes

de Direito nesse campo de estudo.

A exposição reúne 12 painéis que retratam com textos, ilustrações, charges e fotografias a realidade de milhares

de crianças brasileiras submetidas a esse tipo de atividade

ilegal. A mostra foi montada pela primeira vez em 12 de junho, em Brasília, no TST, por ocasião do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.